



**III CONGRESSO IBERO-AMERICANO
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA
BELÉM – PARÁ – BRASIL
04 a 07 de novembro de 2015
ISSN 978-85-89097-68-0**

**INSTRUÇÃO PÚBLICA NO INÍCIO DA REPÚBLICA NO BRASIL:
os saberes elementares matemáticos**

**Yohana Taise Hoffmann¹¹⁰
David Antonio da Costa¹¹¹**

RESUMO

Esta comunicação intenta apresentar o projeto de pesquisa em andamento em História da Educação Matemática, no âmbito de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina fundamentados nos aportes teóricos da História Cultural. Tomando como fonte privilegiada os documentos normativos e livros didáticos, a pesquisa tem como objetivo compreender as propostas curriculares de matemática e suas finalidades em tempos dos grupos escolares brasileiros. A mobilização inicial das fontes permitiram as primeiras aproximações relativas ao processo de construção da Instrução Pública no Brasil a respeito dos saberes elementares matemáticos. O cenário da Instrução Pública no Brasil apresenta grande influência de um iluminista francês, Jean-Antoine-Nicolas Caritat, o Marquês de Condorcet (1743 – 1794) reveladas nas correlações entre sua obra *Rapport et projet de décret sur l'organisation générale de l'instruction publique* (1792), a *Memória sobre a reforma de estudos da Capitania de São Paulo* (1816) de Martim Francisco Ribeiro d'Andrada Machado, e os *Discursos da 1ª Conferência de Ensino Primário* no estado de Santa Catarina, em 1927, de Adolpho Konder.

Palavras-chave: Instrução Pública. Educação Matemática. Condorcet. Martim Francisco. Adolfo Konder.

¹¹⁰ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: yohana.thc@gmail.com

¹¹¹ Professor Adjunto III do Departamento de Metodologia de Ensino do Centro de Ciências da Educação e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina. – UFSC. E-mail: david.costa@ufsc.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O campo de pesquisa em História da Educação Matemática contribui para a formação do professor, quando são desnaturalizadas concepções a respeito de práticas pedagógicas que estavam enraizadas, desconstruindo as representações do passado e realizando novas baseadas em críticas a documentos e fontes que foram organizados em outras épocas. Assim podemos justificar a importância da história da educação matemática na formação de professores:

[...] um professor de matemática que mantenha uma relação a-histórica com os seus antepassados profissionais possa, com a apropriação dessa história, se relacionar de modo menos fantasioso e mais científico com esse passado. Isso tende a alterar as suas práticas cotidianas, que passam a ser realizadas de modo mais consistente.

(VALENTE, 2013, p.28)

Sendo assim, o ofício do pesquisador da história da educação matemática é de produção da história, como uma representação sobre o passado. Para nos guiar nesta produção da História da Educação Matemática utilizaremos as contribuições de Wagner Valente (2007, 2010, 2013). A História da Educação Matemática está atrelada a História da Educação, assim como a própria construção do conhecimento matemático está relacionado aos momentos históricos da sociedade que se revela em seus desenvolvimentos e avanços ao fazer uso de diferentes ferramentas para sua própria subsistência.

Do ponto de vista da Sociologia podemos dizer que as primeiras manifestações matemáticas se destinaram a ajudar a formatar as atividades econômicas e sociais dos primeiros núcleos urbanos (...) então a história da matemática, no seu princípio, esteve ligada a própria história social. (...). Segundo D'Ambrosio (1997, 2000) o desenvolvimento da Matemática está intimamente relacionado à própria história da humanidade. Isso nos faz perceber que nesse período da história da civilização humana não é possível separar a produção do conhecimento matemático das condições sociais, culturais, políticas, econômicas e religiosas em que foi gerado.

(SILVA; MENDES, 2013, p. 35)

Segundo Struik, são em momentos de transição social, ou em contato com outros povos e culturas, que o fator sociológico auxilia na compreensão das mudanças no conhecimento matemático. (STRUIK, 1998, p.24)

Este artigo ilustra as primeiras aproximações da pesquisa em andamento em História da Educação Matemática, no âmbito de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina. Toma-

se um momento de transição social no Brasil, isto é, o período da Monarquia para a República e procura-se compreender alguns elementos da constituição dos saberes elementares matemáticos no processo de construção da Instrução Pública de então.

CENÁRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA ELEMENTAR NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

Com a independência do Brasil em 1822, Dom Pedro I convoca por decreto a Assembleia Nacional Constituinte e Legislativa para a promulgação da Constituição, assinalando uma necessidade em especial para a instrução pública, criando a *Comissão de Instrução Pública da Assembléia Nacional Constituinte*, composta por Martim Francisco Ribeiro d'Andrada Machado, Antonio Velloso d'Oliveira, Belchior Pinheiro d'Oliveira, Antonio Gonçalves Gomide e Manoel Jacinto Nogueira da Gama. O comitê:

(...) instituiu um prêmio para quem apresentasse a melhor proposta de um 'Tratado Completo da Educação da Mocidade Brasileira', trazendo para a ordem do dia, requerendo solução urgente e prioritária, a organização de um sistema de escolas públicas, segundo um plano comum a ser implantado em todo o território do novo Estado.

(SAVIANI, 2006 apud COSTA, 2010, p. 58)

Martim Francisco reapresentou a *Memória sobre a reforma de estudos da Capitania de São Paulo*, mais conhecido como *Memória* (1816), documento organizado em 12 capítulos, sendo uma proposta de reforma dos estudos na capitania de São Paulo, isso em 1823. Segundo COSTA (2010) esta proposta foi uma tradução adaptada da obra de Condorcet, *Cinq mémoires sur l'instruction publique*, publicada no ano de 1791, trazendo a influência da concepção de livros didáticos, um para o professor e outro para os alunos. Os livros destinados aos professores seriam para suprir uma deficiência dos docentes mal preparados devido à ausência de cursos de formação na época, sendo o livro didático o principal instrumento de formação de professores.

O Parecer da *Comissão de Instrução Pública* a respeito da obra *Memória* foi emitido informando primeiro que a Assembleia receba o documento, pois se trata da educação pública, em segundo que imprima a obra para servir de guia e estímulo aos professores atuais. Contudo a *Memória* de Martim Francisco se dissolveu juntamente com a Constituinte, pois havia interesses distintos: de um lado a formação de uma elite, e de

outro a educação popular. O cenário da instrução pública pouco se modificou entre os anos de 1823 a 1826. No ano de 1827, houve uma movimentação importante: a Assembleia Legislativa aprova a primeira Lei da Instrução Pública Elementar no Brasil, *Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império*, em 15 de outubro. (MOACYR, 1936)

PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES: Condorcet, Martim Francisco e Adolpho Konder

Jean-Antoine-Nicolas Caritat, o Marquês de Condorcet (1743 – 1794) foi o único iluminista que viveu para conhecer a Revolução Francesa, de acordo com Maria Laura Magalhães Gomes (2003). Condorcet é uma figura ilustre na matemática, na filosofia e na educação, além de brilhante político e intelectual do século das Luzes. Baseada em trabalhos de historiadores da Matemática, Gomes (2003) destaca o pioneirismo de Condorcet em um campo denominado por ele mesmo como “matemática social”.

Para Condorcet há uma diferença entre educação e instrução, a instrução a sociedade deve garantir a todos os membros; contudo a educação deve estar na esfera privada, cabendo a escolhas das famílias:

(...) a instrução forma para o desempenho da autonomia intelectual, moral e política e não para ser um membro desta ou daquela agremiação ou mesmo pátria. (...) a educação dá ênfase ao sentimento, a memória e a imaginação passiva; a instrução refere-se ao desenvolvimento da sensibilidade moral e da empatia, mas também da imaginação criadora e da razão.

(SILVA, 2008, p.05)

O saber elementar para Condorcet deve ser escolhido conforme a sua importância para a formação geral do indivíduo, sendo que o mínimo a ser ensinado é o que lhe dará autonomia perante a sociedade, tornando o homem autônomo. Esse saber elementar é capaz de emancipar o indivíduo, quando consegue “aprender por si mesmo” (SILVA, 2008, p.08).

Condorcet em sua obra já traz a concepção de que o ensino deve respeitar as diferenças na capacidade de aprendizagem (GOMES, 2003; SILVA, 2008), assim como a equidade na educação. Para ele só existe democracia em uma sociedade em que todos os cidadãos possuem acesso a informação básica, a desigualdade existe porque o acesso ao

saber elementar é negado a uma parte da sociedade, isto é, quando é monopolizado por uma elite.

(...) é impossível ensinar tudo a todos, mas é necessário ensinar a julgar com conhecimento dos princípios do juízo. A isso está ligada a definição do saber elementar (KINTZLER; COUTEL, 1994, 0, 25). Trata-se de uma tarefa que só poderia ser realizada pelos indivíduos mais sábios de uma sociedade. Para Condorcet (1994b, p. 187), quem definiria o que chamamos de currículo, em última instância, seria a Sociedade Nacional de Ciências e Artes.”

(SILVA, 2008, p.17)

O plano de Instrução Pública para Condorcet é pensado como uma língua universal, comum não só entre os indivíduos do mesmo país, mas entre nações. (SILVA, 2008, p.18) E a matemática, seria esse saber elementar que possui essa característica de língua universal. “Ao considerar os saberes que a instrução pública deve oferecer aos cidadãos da República, Condorcet vê a Matemática entre os conhecimentos com maior potencial de contribuição para a formação humana, e mais necessários ao cidadão” (GOMES, 2003, p. 175). Gomes analisa as concepções e propostas de Condorcet elaboradas, antes da Revolução Francesa, em seu plano de instrução pública, e o seu manual de aritmética (*Meios de aprender a contar com segurança e facilidade*) composto visando o mesmo Plano e, portanto, faz parte das diretrizes de um projeto para a França Revolucionária. Para esse filósofo, o conhecimento matemático está entre os que mais podem contribuir para a formação humana, e o que é mais necessário ao cidadão, vê a importância no ensino de aritmética por assegurar a igualdade a todos os homens.

Condorcet elaborou o *Rapport et projet de décret sur l'organisation générale de l'instruction publique* para Assembleia Legislativa nos dias 20 e 21 de abril de 1792 (na França). O livro *Escritos sobre a instrução pública: Condorcet* publicado no Brasil em 2010 apresenta a tradução do *Rapport*. O filósofo e historiador em educação Gilberto Luiz Alves faz a apresentação do livro e menciona a influência de Condorcet

Não se pode omitir que esse documento, apresentado inicialmente na Assembleia Legislativa, foi também a base das propostas de Lanthenas, na Convenção de Girondina, e de Romme, na Convenção Jacobina. Possivelmente o *Rapport* de Condorcet foi o documento relativo a instrução pública mais lido e discutido pelos segmentos dirigentes da Revolução Francesa. Logo, é uma fonte que não pode ser negligenciada por qualquer estudioso que se debruce sobre as origens da instrução pública na sociedade burguesa.

(ALVES, 2010, p. 11)

O plano de instrução pública de Condorcet se distinguia em cinco graus “1º Escolas primárias; 2º Escolas secundárias; 3º Institutos; 4º Liceus; 5º Sociedade nacional das

ciências e das artes” (CONDORCET, 2010, p. 25). Segundo Maria Laura a proposta de manuais didáticos elementares seria o único meio de efetuar a reforma no ensino, e principalmente para formar professores. “Condorcet propunha que nas escolas primárias e secundárias, os livros elementares fossem escolhidos por intermédio de um concurso aberto a todos os cidadãos, devendo o poder público indicar aqueles mais adequados à instrução.” (GOMES, 2003, p.192). Condorcet não se limitou apenas a propor a produção desses manuais, escreveu de fato um texto para o ensino de aritmética nas escolas do primeiro grau de ensino proposto em seu projeto, e também nos outros planos que o sucederam.

Contudo, é preciso também levar em conta as condições de elaboração do manual: tudo foi redigido num período de no máximo oito semanas, pois o decreto de abertura do concurso para os livros elementares foi votado a 28 de janeiro de 1794, e Condorcet, temeroso por si próprio e por sua anfitriã, deixou o seu esconderijo a 24 de março, tendo sido encontrado morto na prisão poucos dias depois. O que nos chegou de seu manuscrito foi, segundo o prefácio de uma das edições que consultamos (reprodução do que figura na edição de 1779, o que Condorcet conseguiu enviar à sua esposa da casa onde se ocultava.

(SCHUBRING, 1988 apud GOMES, 2003, p.231)

Nesta mesma obra *Escritos sobre a instrução pública: Condorcet*, consta as “Reflexões e Notas sobre a Educação”. Condorcet menciona o método de aprendizagem dos conteúdos que é diferenciado para cada criança, dando o exemplo da aritmética:

Existem inúmeras crianças que foram obrigadas a aprender mais de uma vez as regras da aritmética. Isto porque quem lhes ensinou contentou-se em fazê-lo de modo rotineiro e sem lhes explicar as razões pelas quais essas regras obedecem a uma determinada rotina. Não chegaram a adquirir as ideias abstratas segundo as quais a numeração foi estabelecida, de modo que os primeiros princípios se reduzem, para elas, a uma questão de memória puramente verbal. [...] As ciências abstratas que convêm a uma criança são a aritmética, a geometria e, a seguir, a álgebra. Se a criança nasceu com o gosto pelas ciências, essa é a ordem que ela deverá seguir. Aritmética. Primeiro, as quatro operações com números inteiros; os números deverão ser baixos de modo que os resultados nunca ultrapassem cinco ou seis cifras. Tal cifra é suficiente para que a criança tenha uma ideia da numeração, enquanto uma complexidade maior acabaria por fatigá-la.

(CONDORCET, 2010, p.47)

Condorcet enfatiza que a criança precisa adquirir primeiro as ideias abstratas que formam esse saber elementar matemático, sendo necessária a resolução de vários casos particulares de problemas, operações, para então compreender os princípios desse conhecimento. Acerca dos livros de matemática “sou da opinião que não se dê nenhum livro de elementos às crianças, mas acho que o professor deveria usar, para dar aulas de aritmética, o livro de álgebra do abade Bossut.” (CONDORCET, 2010, p.48). Para o

conhecimento dos elementos da matemática Condorcet indica dois livros, *Traité élémentaire d'arithmétique* (Tratado da aritmética elementar - tradução nossa) de Bossut, Paris, ano de 1772, e *Nouvelles récréations physiques et mathématiques* (Novas recriações físicas e matemáticas - tradução nossa) de Guyot, Paris, ano de 1769.

O livro *Cinco Memórias sobre a Instrução Pública* traduzido pela primeira vez em português no ano de 2008, Condorcet vem tratar do ideário de um sistema de instrução da França que fosse gratuito, universal e igualitário. A primeira memória trata da natureza e da finalidade da instrução pública como obrigação do Estado, deixando claro sua visão política e filosófica. Para o autor a instrução contribui para anular a desigualdade: o conhecimento permite autonomia ao cidadão, tornando-o livre, a desigualdade de instrução torna o cidadão preso aos diferentes tipos de soberania. (CONDORCET, 2008)

A segunda memória é a de maior interesse para a pesquisa que está em andamento, pois aborda a educação das crianças, Condorcet propõe três graus de ensino, cada um desses graus teria quatro anos de duração. O primeiro corresponde a faixa etária de nove a treze anos, a distribuição dos conteúdos matemáticos nos quatro anos previstos para o primeiro grau de ensino seriam *Primeiro Ano*: Exposição do sistema de numeração, Ensino da leitura e da escrita dos números nesse sistema; *Segundo Ano*: quatro regras simples da aritmética; *Terceiro Ano*: Exercício dessas regras, pequenas questões que possam resolver sozinhos, Noções de Geometria (elementos da agrimensura); *Quarto Ano*: Aperfeiçoamento dessas noções, fortalecer o “hábito da aritmética”. Nesta memória analisa também quais os livros apropriados para cada grau de ensino, a formação dos professores, a relação da escola com as comunidades. (CONDORCET, 2008)

A terceira memória é dedicada à educação dos adultos, como é preciso pensar não apenas as gerações futuras, mas também instruir os cidadãos que fazem parte da atual realidade. A quarta e a quinta memória examinam, respectivamente, a questão da instrução profissional e da instrução científica. Trata dos conteúdos específicos adequados a uma prática das profissões, como também sobre um estudo mais aprofundado em diversas áreas do conhecimento. (CONDORCET, 2008)

August Comte, considerado o fundador do Positivismo, teve influências pela filosofia do progresso de Condorcet, Publicou uma coleção de títulos de obras que considerava fundamentais - a Biblioteca Positivista no Século XIX, na qual a seção de Ciência, iniciada pelos textos de matemática, incluía a obra didática de Condorcet. Comte é amplamente conhecido, a república brasileira foi fortemente influenciada pelas ideias dos

positivistas, alguns discípulos diretos de Comte. A educação tem marcas acentuadas do Positivismo, que se revelam na produção de livros didáticos de matemática. (GOMES, 2003)

Há duas edições da obra de Condorcet publicadas em português que se encontram disponível no Repositório da Universidade Federal Fluminense (UFF) do Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática, no setor de Obras Raras. A primeira corresponde ao ano de 1883 intitulada *Methodo para aprender a contar com segurança e facilidade* (<http://www.repositorio.uff.br/jspui/handle/1/307>), editada pela Livraria Nicolau Alves. A segunda publicação corresponde ao ano de 1940, publicada pela Biblioteca Positivista, *Meios para aprender a contar com segurança e facilidade* (<http://www.repositorio.uff.br/jspui/handle/1/540>).

Em relação às dimensões didático-metodológicas e psicológicas no livro de Condorcet:

Um primeiro e importante comentário que devemos fazer diz respeito à coerência entre o teor do projeto de Condorcet quanto aos livros elementares como um recurso para a instrução pública e sua realização no texto didático da Aritmética, apesar da precariedade das circunstâncias da elaboração do manual. De fato, em muitos pontos o autor faz sobressair seus propósitos e manifesta suas preocupações sobre o uso do livro numa escola com muitos e diferentes alunos.
(GOMES, 2003, p. 232)

O livro seria o único meio de estabelecer alguma igualdade de instrução para as crianças que possuem diferentes meios de aprender. E cabe ao professor a motivação, apelando para a curiosidade dos alunos, neste âmbito sofre influências de Locke e Condillac:

[...] a percepção dos limites e possibilidades da instrução pública; o interesse pelos alunos; o objetivo de formar também os professores; a preocupação com a utilidade da educação elementar que se poderia oferecer; o estímulo à construção da autonomia dos estudantes pela negação da memorização automática e pela afirmação da compreensão obtida por intermédio do esclarecimento das razões de todos os procedimentos; a exposição dos elementos de lógica como conteúdo e método para o ensino de aritmética; a influência das concepções de Locke e Condillac acerca do conhecimento; a ênfase na língua bem feita como meio indispensável à aprendizagem; a opção declarada pelo método analítico.”
(GOMES, 2003, p. 244)

A partir destas considerações em relação ao iluminista francês, podemos apontar algumas semelhanças com a proposta de Martim Francisco. A *Memória* não se adequou à nova realidade política e social no Brasil, pois a elite tinha a preocupação em passar por este período de transição sem romper com as relações econômicas consolidadas no tempo de colônia. Os direitos dos homens livres a uma instrução pública seria assegurado de

forma mínima, diferentemente da Europa que havia criado um ensino laico, estatal e gratuito a todos, que pretendia garantir a hegemonia da burguesia. A construção de uma identidade nacional no Brasil neste período de transição ainda era incipiente, diferentemente do pensamento hegemônico da sociedade francesa da época. A proposta da instrução pública teve como um dos ideais a criação de um espírito nacional (AMBONI, 2006).

Nas duas propostas a instrução pública ficou sob a responsabilidade do estado. Segundo Amboni (2006), a proposta de Martim Francisco apresenta uma série de indagações e ao mesmo tempo critica a educação que estava posta no Brasil, que não havia uma contribuição para o desenvolvimento das atividades burguesas.

Deverá continuar uma instrução incompatível com o progresso gradual de nossa razão, e fundada em princípios sem ordem sem liga, e sem aqueles pontos de contato, que facilitam o conhecimento das verdades e as conservam? Deverá continuar uma instrução estribada em noções imperfeitas de coisas, ou pouco úteis, ou supérfluas, ou nocivas ao bem da sociedade, e muitas vezes contrárias às verdades especulativas, e práticas, que o gênio e a atividade do homem descobriu já no vasto campo da natureza, já no exame do seu eu interno? Seguramente não; e é para obviar todos estes inconvenientes com utilidade do soberano, e da prática, que eu passo a esboçar o plano de uma instrução comum a todos os povos desta capitania, desenvolvendo previamente os princípios, que lhe servem de base e as diversas causas que os motivaram.

(MOACYR, 1936, p.120-121)

Martim Francisco preocupa-se em formar o cidadão para o novo cenário brasileiro, do homem livre que necessita da instrução para viver em sociedade, e como foi anteriormente mencionado Condorcet apresenta este mesmo pensamento, em sua preocupação em formar o cidadão para a República no cenário francês.

A divisão do ensino apresentado por Martim Francisco é dividida em 1º e 2º Graus, o primeiro grau abrange todos os conhecimentos que são necessários para o exercício de todas as primeiras funções, e teria a duração de três anos. O segundo grau de instrução, com duração de seis anos, compreende às matérias destinadas as diferentes profissões

Este curso compreenderá 1º, as noções fundamentais da gramática latina, e seu estudo, juntando-se a ele o da língua francesa, no que pode despender-se dois anos; 2º a metafísica, lógica e moral; 3º as ciências físicas fundadas na observação e experiência; 4º as matemáticas e a parte das ciências físicas, fundadas no cálculo; 5º a história, e a geografia, juntando-se a elas retórica, ou a arte de exprimir ideias.

(MOACYR, 1936, p. 133)

A importância do ensino de matemática se apresenta como um saber elementar necessário para o trabalho.

Terminará o compêndio do segundo ano pelo estudo das quatro regras simples da aritmética, base de todas as questões que se podem propor sobre os números, e pelas primeiras noções de geometria, particularmente as que forem mais necessárias à medição dos terrenos neste ensino o mestre se não limitará a ensinar puramente as regras, e noções determinadas; deverá além disto insistir sobre as razões em que elas se fundam: multiplicar as operações, afim de os habituar a elas; fazer aplicar as regras a diversos exemplos, propondo pequenas questões de fácil resolução; e finalmente exercitar o menino em traçar figuras, já a mão, já com o compasso e régua.

(MOACYR, 1936, p. 129)

Tais elementos apresentados nos levam a inferir a influência de Condorcet para as concepções de ensino na instrução pública no Brasil. Outra aproximação deste iluminista francês ainda pode ser observada cem anos depois da Primeira Lei da Instrução Pública Elementar no Brasil (1827), no documento *Discursos da 1ª Conferência de Ensino Primário*, realizada em 1927, no estado de Santa Catarina, no município de Florianópolis (<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/132521>). Há permanências do pensamento de Condorcet de forma implícita e explícita.

Logo na sessão inaugural da Primeira Conferência de Ensino Primário, Cid Campos, traz uma aproximação de Condorcet a respeito da responsabilidade do Estado com a Educação: “E’ do aparelhamento escolar do Estado, que ides, com as minuciosidades de competentes que sois em materia pedagógica, tratar.” (KONDER, 1927, p.13)

No *Discurso do Sr. Governador, Dr. Adolpho Konder*, para a Primeira Conferência observamos de forma mais explícita o pensamento de Condorcet, como mostra o excerto:

Muito se tem feito, sem duvida, pelo ensino em Santa Catharina, affirmava eu ao traçar o meu programma de governo, mas muita cousa ainda resta por fazer, para adaptar a organização montada ás melhores conquistas da pedagogia, que evolue no sentido da formação de um mentalidade pratica na criança, em contrario á orientação antiga, alheia a essas cogitações de immediata utilidade. Já Condorcet, embora sem echo no seu tempo, proclamava a necessidade de se amoldar o ensino á condição personalíssima do alumno.

(KONDER, 1927, p.21)

Continuando o discurso, Adolpho Konder traz a questão da organização dos programas, sendo importantes para os avanços:

Vae principalmente á carga dos programmas mal architectados, sem ordem nem methodo, com avanços e recuos illogicos, prenes de disciplinas inuteis e falhos

de outras indispensáveis, a ineficiência do ensino, pelo desinteresse do aluno e o consequente desaproveitamento da instrução subministrada.

(KONDER, 1927, p.22)

Com este trecho observamos as semelhanças com o iluminista francês, com a preocupação de motivar, instigar e manter o alunos interessado, tarefa que cabe ao professor.

Em seguida há novamente um comentário à Condorcet, presente no *Discurso do prof. Mâncio da Costa, na sessão de encerramento da Conferência*.

Condorcet, a quem Voltaire chamára “o meu caro mestre” afirmou algures “as nações que avançam através dos seculos têm necessidade de uma instrução que renovando-se e corrigindo-se sem cesar, segue a marcha do tempo; a prevê algumas vezes e não a contraria nunca”

(KONDER, 1927, p. 33)

Outra passagem, é em relação à preocupação com a formação docente, como podemos observar “[...] O curso de nossa Escola Normal foi julgado defficiente e carecedor de disciplinas que muito virão especializar o preparo das nossas professoras, dilatando-se-lhe o curriculo de tres, para quatro annos.” (KONDER, 1927, p.34)

No *Discurso do professor Laercio Caldeira de Andrada, na sessão de encerramento*:

[...] Recordar-nos-emos sempre das palavras de s. ex. o s. dr. governador do Estado, quando disse, ha dias, que o ensino convem seja um complexo de processos tendentes a desenvolver todos as virtualidades animicas e phisicas da creança, educando-lhe o coração, o cerebro e as mãos, para formar-lhe a intelligencia, o character e a aptidão creadora. E mais: “Assim, educando e instruindo, formando o cerebro e o coração dos homens - intervem o mestre na estructuração mental e moral das nações”. Está traçado com precisão o programma e apontada com segurança, a sua finalidade.

(KONDER, 1927, p. 41)

Na passagem anterior fica evidente a influência de Condorcet, como mostra o excerto:

O objetivo da educação é desenvolver as faculdades intellectuais e morais de uma criança de modo que, no momento em que não tiver para guiá-la mais do que seu coração e sua razão, ela saiba quais são os deveres e os motivos pelos quais deve cumpri-los [...]

Estamos referindo-nos aqui à parte da educação relativa à intelligência.

(CONDORCET, 2010, p. 63)

Encerrando os trabalhos da Primeira Conferência de Ensino Primário, Adolpho Konder discursa e faz a seguinte afirmação: “A instrução não constitue mercadoria que se pese na balança dos valores materiaes, pra que possa ser estimada em oitavas de ouro

sonante.” (KONDER, 1927, p.46) Este pensamento converge com os ideais de Condorcet a respeito da instrução pública, pois essa instrução lhe permitirá ser um cidadão autônomo, o conhecimento torna-o livre.

A presença de Condorcet nos *Discursos da 1ª Conferência de Ensino Primário* faz com que percebemos sua influência no cenário da instrução pública no Brasil, sendo basilar para compreendermos suas finalidades e propostas curriculares na área do conhecimento da matemática, como se apresenta ao longo do tempo. A identificação dessas propostas para a instrução pública, no âmbito do ensino primário é o norte para o início desta pesquisa.

Sendo assim, como podemos caracterizar os saberes elementares matemáticos presentes nas propostas pedagógicas do ensino primário, desde o início do Século XIX?

As Luzes, o Iluminismo, engendraram um novo modelo educativo. O ícone desse modo de pensar a educação vem da Revolução Francesa. Um de seus maiores representantes é Condorcet. Para ele, o despotismo é resultado da ignorância do povo. E, assim, as ciências e as artes deverão constituírem-se nos pilares da liberdade. A educação deve ser vista como instrução, isto é, alicerçada nos conteúdos de ensino, nos saberes. Para tal, o número de disciplinas precisa ser aumentado. Os programas de ensino devem centrar-se sobre as ciências naturais e humanas. A pedagogia passa a ser uma pedagogia de cultura. Considera-se, neste caso, muito mais a aquisição de conhecimentos que o exercício de desenvolver o espírito culto.

(BULLE, 2005, p. 119 apud VALENTE, 2015, p.5)

Neste artigo Valente (2015) menciona Alain Trouvé para discorrer sobre duas correntes de pensar o elementar historicamente colocadas, uma na visão racionalista e outra na visão empírica que estavam presentes na França e que influenciou no pensamento dos educadores no Brasil. “No caso das pedagogias racionalistas, o saber elementar está melhor caracterizado, a princípio, pelas disciplinas mais abstratas” (VALENTE, 2015, p.8) Tomamos como exemplo a disciplina de matemática.

Assim como na França, o Brasil não conseguiu realizar a reforma na Instrução Pública “do dia para a noite”, os ideais da escola foram repensados, fazendo com que a escola fosse um lugar civilizatório, trazendo concepções europeias para a educação. A partir desses primeiros estudos conseguimos nos aproximar das permanências e rupturas que veem se apresentando ao longo desse processo de construção dos saberes elementares para a instrução pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar as primeiras aproximações com a pesquisa em andamento na área da História da Educação Matemática, trazendo correlações entre as influências de Condorcet para o início da instrução pública no Brasil, destacando o Plano lido à Assembleia Legislativa nos dias 20 e 21 de abril de 1792 (na França) e a *Memória* (1816) de Martim Francisco apresentado a Comissão de Instrução Pública no ano de 1823. E podemos observar as primeiras permanências do pensamento do iluminista francês cem anos depois da Primeira Lei da Instrução Pública (1827) nos *Discursos da 1ª Conferência de Ensino Primário*, em 1927 no estado de Santa Catarina.

Essa primeira aproximação será incorporada a pesquisa que está em andamento, pretendendo-se ampliar as análises das influências desse pensador francês com as finalidades e propostas curriculares de matemática desde o início do Século XIX até o Século XX. As primeiras investigações neste campo permitiram uma maior proximidade com a pesquisa, e as observações contribuem como motivação para as futuras investigações.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. L.. Apresentação. In: CONDORCET, J.A.N.C. *Escritos sobre a instrução pública: Condorcet*. Tradução e Notas Maria Auxiliadora Cavazotti e Lígia Regina Klein. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. (Coleção clássicos da educação / coordenação deste volume da coleção Gilberto Luiz Alves)

AMBONI, Vanderlei . Estudos sobre a "Memória" que Martim Francisco apresentou à Constituinte de 1823 para a criação do sistema nacional de educação. In: VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas, 2006, Campinas. *Anais do VII Seminário Nacional do HISTEDBR*; realizado de 10 a 13 de julho de 2006/, 2006. v. 1. p. 1-25.

CONDORCET, J.A.N.C. *Methodo para aprender a contar com segurança e facilidade*. Rio de Janeiro, Livraria Nicolau Alves - Successores Alves & C., 1883. Disponível em: <<http://www.repositorio.uff.br/jspui/handle/1/307>>. Acesso em 05 maio. 2015.

CONDORCET, J.A.N.C. *Meios para aprender a contar com segurança e facilidade*. Rio de Janeiro, Rodrigues & Cia., 1940 (Biblioteca Positivista). Disponível em: <<http://www.repositorio.uff.br/jspui/handle/1/540>>. Acesso em 05 maio. 2015.

CONDORCET, J.A.N.C. *Cinco memórias sobre a instrução pública*. Tradução e apresentação Maria das Graças de Souza. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CONDORCET, J.A.N.C. *Escritos sobre a instrução pública: Condorcet*. Tradução e Notas Maria Auxiliadora Cavazotti e Lígia Regina Klein. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. (Coleção clássicos da educação / coordenação deste volume da coleção Gilberto Luiz Alves)

COSTA, David Antônio da. *A Aritmética Escolar no ensino primário brasileiro (1890-1946)*. Tese de Doutorado em Educação Matemática, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 2010.

GOMES, M. L. M. *Quatro visões iluministas sobre a educação matemática: Diderot, D'Alembert, Condillac e Condorcet*. 2003. Tese (Doutorado em Educação: Educação Matemática) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo.

KONDER, Adolpho. *Discursos da 1ª Conferência de Ensino Primário*, jul./ago., 1927, SC. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/132521>>. Acesso em 03 jul. 2015.

MOACYR, Primitivo. *A Instrução e o Império* (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1823 – 1853. 1º Volume, 1936. Companhia Editora Nacional, São Paulo Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5ª, Vol. 66. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-o-imperio-1-vol>>. Acesso em 03 jul. 2015.

SILVA, M. D. F; MENDES, I. A. A intencionalidade no fazer matemática: um paralelo entre os 'discursos' da história e a Sociologia da Matemática. *Revista Brasileira de História da Matemática*, v. 13, p. 33-53, 2014.

SILVA, Sidney Reinaldo. Saber elementar como base para o currículo na obra Condorcet. *Revista e-Curriculum*, PUCSP – SP, v. 3, n. 2, jun., 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/766/76613007007.pdf>>. Acesso em 03 jul. 2015.

STRUIK, J. D. Sobre a Sociologia da Matemática. In. *Sociologia da Matemática*. Lisboa *Cadernos de Educação e Matemática*. (Org. Grupo TEM), 1998.

VALENTE, Wagner Rodrigues. História da Educação Matemática: interrogações metodológicas. *REVEMAT* - Revista Eletrônica de Educação Matemática, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 28 - 49. 2007.

VALENTE, Wagner Rodrigues. História da educação matemática: considerações sobre suas potencialidades na formação do professor de matemática. *BOLEMA*. Boletim de Educação Matemática, vol. 23, núm. 35, 2010.

VALENTE, Wagner Rodrigues. Oito temas sobre História da Educação Matemática. *REMATEC*. Revista de Matemática, Ensino e Cultura (UFRN), v. 8, p. 22-50, 2013.

VALENTE, Wagner Rodrigues. *Cadernos de Trabalho - Elementar*. 1. ed. São Paulo: Livraria e Editora da Física, 2015. v. 1. 51p